

O PAPEL DO TUTOR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO E DIFICULDADES

Autor: Catia Muniz Cordeiro

Orientador: Prof.^a Ms. Maria Teresa Volpato.

RESUMO

Na escola é onde ocorre a formação dos valores e padrões de comportamentos, assim, torna-se importante que as crianças, com deficiência ou não, possam estar em contato com as diferenças para propiciar uma sociedade mais justa, onde a diversidade da condição humana seja respeitada.

O desenvolvimento da criança com deficiência depende fundamentalmente da estimulação precoce, do enriquecimento do ambiente no qual ela está inserida e do incentivo das pessoas que estão à sua volta. Sempre haverá possibilidades de desenvolvimento, mesmo que seja um processo demasiadamente longo.

O indivíduo com necessidades especiais teria um estímulo maior com um tutor que supervisione de forma adequada o seu caso, já que a integração com a sociedade passa a ser mais fácil no ambiente escolar e com este benefício o aluno com necessidades educacionais especiais teria um maior estímulo às atividades motoras e psíquicas.

Palavras-chave: Inclusão. Tutor. Professor. Aluno com necessidades educacionais especiais.

ABSTRACT

In school is where is the formation of values, behavior patterns thus become important for children, disabled or not, can be in contact with the differences to bring about a more just society, where the diversity of the human condition be respected.

The development of children with disabilities depends fundamentally on the early stimulation, environmental enrichment in which it is inserted and encouragement of people who are around you. There will always be development possibilities, even if it is too long a process.

The individual with special needs would have a greater incentive, with a tutor to supervise adequately the case, since the integration with society becomes easier at school and with this benefit students with special needs have a greater stimulating the motor and psychic activities.

Key words: Inclusion. Tutor. Teacher. Students with special educational needs.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar o papel do tutor no contexto da educação inclusiva, dando ênfase a sua formação e às dificuldades do seu trabalho.

Dentro do contexto da educação inclusiva, o tutor é contratado para cuidar do aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), como a pessoa que auxilia o aluno de inclusão, observa-se que sua função acaba sendo destorcida e esse passa a ter a função de babá, cuidador, técnico de enfermagem, sendo que o mesmo não possui a formação adequada para essas funções.

Desse modo, o principal objetivo desse artigo é proporcionar uma reflexão sobre o papel do tutor diante dos alunos com necessidades educacionais especiais, sendo os objetivos específicos: discutir sobre o tema, proporcionando uma visão geral da história da tutoria; rever as principais políticas de educação especial no Brasil; analisar o papel do tutor do aluno de inclusão em uma sala de aula; observar se a escola contribui com informações necessárias para proporcionar a estabilidade e o suporte adequado aos profissionais de tutoria.

O estudo se justifica, pois, para que a inclusão ocorra de forma significativa, toda equipe escolar precisa estar atenta ao receber o aluno e o tutor. Esse trabalhará diretamente junto aos alunos em sala de aula e deve possuir uma formação adequada. Para possibilitar a aprendizagem aos alunos com NEE, deve-se utilizar o método de estímulos para buscar favorecer as suas próprias conquistas.

Conjectura-se que muitos educadores apontam dificuldades quando possuem um aluno de inclusão e em muitas situações não têm o entendimento de como acolher o portador de necessidades especiais e mais o tutor, sendo que a escola poderia dar uma contribuição muito maior no sentido de como trabalhar com esse alunado.

Nessa perspectiva, a problemática foi no sentido de investigar se a formação dos profissionais da educação seja o bastante para trabalhar com alunos em uma escola inclusiva.

Para responder a esse e outros questionamentos, a metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, buscando recentes teorias e informações sobre o tema, além do relato de uma experiência com uma aluna que obteve apoio de tutor em sala de aula.

2 A Educação Inclusiva

A educação é um fator importante de transformação para todos os indivíduos. Uma educação de qualidade, que atenda suas necessidades educativas especiais, torna-se fundamental.

De acordo com o Ministério da Educação (2016) estão garantidas as principais leis e decretos sobre Política de Educação Inclusiva no Brasil, reguladas na:

- Constituição Federal (1998): prevê o desenvolvimento pleno dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, cor, idade, ou seja, qualquer forma de discriminação. Também garante o direito à escola para todos;

- Lei nº 7.853/89: define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado. Esta lei é regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298/99;

- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8069/90): garante o direito à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;

- Declaração de Salamanca (1994): o texto não tem efeito de lei, mas diz que as crianças que têm deficiências graves devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino que as demais;

- Convenção da Guatemala (Decreto nº 3.956/01): evidencia a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência;

- Lei nº 10.436/02: reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão;

- Plano Nacional de Educação (2011);

- Lei nº 12.764/12: instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Na escola é onde ocorre a formação dos valores e padrões de comportamentos, assim, torna-se importante que as crianças, com deficiência ou não, possam estar em contato com as diferenças para propiciar uma sociedade mais justa, onde a diversidade da condição humana seja respeitada.

O desenvolvimento da criança com deficiência depende fundamentalmente da estimulação precoce, do enriquecimento do ambiente no qual ela está inserida e do incentivo das pessoas que estão à sua volta. Sempre haverá possibilidades de desenvolvimento, mesmo que seja um processo demasiadamente longo.

HEYEMEYER;GANEM (2004, p.19) descrevem que “o ser humano se organiza a partir de sua interação com o meio ambiente. Integrar os estímulos que vem do ambiente interno e externo e adaptar-se dando respostas a estes estímulos significa desenvolver-se”.

O maior desafio da comunidade educativa é a busca de estratégias que possibilitem aprendizagem de todos. A inserção destes alunos no ambiente escolar acaba sendo observada de várias formas. Sabemos que cada indivíduo tem o seu determinado tempo e desenvolvimento dentro de cada deficiência (HEYEMEYER; GANEM, 2004, p.19).

Ainda a esse respeito MANTOAN (2006) salienta que:

As escolas ao reproduzir o modelo tradicional de ensino não têm apresentado condições efetivas para a inclusão social e acolhimento para as diferenças, bem como a de promover, oferecer uma aprendizagem necessária para viver em sociedade (...) não se justifica a escola continuar sendo uma transmissora de conhecimento apegado ao sistema tradicional de ensino, é necessário a mudança para que ocorra a inclusão de fato (MANTOAN, 2006, p.33).

O surgimento da inclusão escolar traz um novo conceito e uma nova prática para a educação especial. Além das leis já mencionadas, a Lei 9394/96, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o direito à educação é de todos, sem deixar de atender as especificidades de alunos com deficiência. Desta forma, o movimento em favor da educação inclusiva traz a verdadeira ressignificação das práticas de educação especial, que não substituem a escolarização ministrada nas salas de aula do ensino regular. Este novo conceito busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os alunos especiais, ou grupo em salas comuns, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal.

As escolas da rede regular de ensino estão passando por um período de construção de um novo conceito de escola inclusiva, DIAS (2007) comenta que:

As mudanças necessárias em sala de aula, como no nível administrativo, envolvem o compartilhamento, elemento essencial para a formação de equipes cooperativas que podem ser consideradas segundo duas perspectivas: a primeira diz respeito às atividades de planejamento e tomada de decisão que acontecem fora da sala de aula, e a segunda está relacionada às atividades didáticas compartilhadas em sala de aula (DIAS, 2007, p.41).

Pelo que observamos os alunos de inclusão são parte essencial para o nosso crescimento humano. Conhecer e entender as diferenças faz de nós seres humanos melhores, agindo de forma a garantir uma estabilidade emocional e auxiliando o conhecimento intelectual.

SANTOS (2002) relata que a inclusão se reflete no desenvolvimento de estratégias, que procuram proporcionar igualdade de oportunidades. O princípio da escola inclusiva é que todas as crianças aprendam juntas, independentes das diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer as diversas necessidades dos alunos e proporcionar uma resposta a cada uma delas, assegurar educação de qualidade a todos, através de currículos apropriados, estruturas organizacionais, estratégias de ensino, recursos apropriados e parcerias.

As crianças com necessidades especiais devem receber os apoios extras, que necessitam para que tenham uma educação afetiva e de qualidade. Portanto, a equipe escolar precisa estar apta a receber as crianças com NEE, favorecer a coletividade, o dinamismo e a flexibilidade para a sua aprendizagem atingindo o objetivo final da equipe escolar, que é a inclusão. Para que isso ocorra são necessárias mudanças significativas no funcionamento das escolas, na formação humana dos professores, nas relações familiares, escola e sociedade.

DIAS (2007) ainda comenta que:

Pensar numa escola inclusiva significa, num primeiro momento, pensar numa escola para cada um, em que os alunos possam ser atendidos de acordo com suas necessidades e dificuldades, com práticas, metodologias e recursos necessários para que a aprendizagem e o desenvolvimento deles possam acontecer (DIAS, 2007, p.50).

Assim, “a maneira como cuidar, integrar, reconhecer, relacionar-se com as crianças e pessoas de modo geral com necessidades especiais e que por isso, diferenciam ou utilizam recursos diferentes dos

normalmente conhecidos e utilizados sempre foi um problema social e institucional” (MACEDO, 2007, p.17).

Essa tarefa estava antes restrita à família ou a alguma pessoa que por alguma razão assumia esse papel, bem como as instituições públicas (hospitais, asilos, escolas especiais) especialmente dedicadas ao problema, segundo o autor.

Atualmente, espera-se que a educação inclusiva busque atender as necessidades educativas de todos os alunos portadores de deficiências, com adaptações de currículos, adaptações dos prédios escolares, informações de como lidar com esses alunos em salas de aula comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal.

Na inclusão escolar sabemos que as redes regulares de ensino têm obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças.

A Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB) define no capítulo V que, “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Para SASSAKI (1997) os problemas das pessoas com necessidades especiais não estão nela, mas estão na sociedade. Assim, a sociedade é chamada a ver como ela cria problemas para as pessoas com necessidades especiais, causando-lhes incapacidades ou desvantagens no desempenho de papéis sociais.

A educação inclusiva baseia-se numa concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos. É imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional, para o atendimento às necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiências.

FIGUEIREDO (2002) sugere que:

Para efetivar a inclusão, é preciso (...) transformar a escola, começando por desconstruir práticas segregacionistas (...) a inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais, visto que não se

trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais (FIGUEIREDO, 2002, p.68).

O grande desafio para que ocorra a inclusão é oferecer oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais, BAPTISTA (2006) acredita-se que não são os especialistas, nem os métodos especiais de escolarização que garantem a inserção de todos os alunos à escola regular. Mas que é necessário um esforço efetivo e coletivo para transformar as escolas e aprimorar a formação dos professores e tutores para que trabalhem com as diferenças.

MAZZOTA (1998, p.48) relata que “é fundamental, pois, a compreensão de que a inclusão e a integração de qualquer cidadão, com necessidades especiais ou não, são condicionadas pelo contexto de vida, ou seja, dependem das condições sociais, econômicas e culturais da família, da escola e da sociedade. Dependem, pois, da ação de cada um e de todos nós”.

Para que se amenize de forma significativa o impacto que esses alunos terão ao serem inseridos em um ambiente totalmente novo, tanto para eles, como para os outros alunos que irão recebê-los, a escola deve garantir e manter a aprendizagem significativa para todos. No entanto, na realidade o que ocorre com os alunos de inclusão é que passam a ser um problema, assim inúmeras vezes são colocados de lado e sua presença acaba sendo apenas para preencher protocolos.

A inclusão escolar envolve uma mudança de atitude com relação ao ser humano, a quebra de paradigmas é inevitável, para se entender que não é mais um aluno que está chegando à sala de aula, ou um indivíduo que convivemos todos os dias, mas sim, um ser que precisa ser amado e acima de tudo respeitado por seus pares e superiores.

Segundo BAPTISTA (2006, p.97) “assim, faz-se necessário trabalhar com os profissionais da educação, de maneira que eles, sendo capazes de compreender as próprias práticas e de refletir sobre elas, sejam também capazes de transformar lógicas de ensino”.

Quando se fala de inclusão no Brasil, retrata-se muito a garantia de escolarização no contexto de ensino regular. Percebe-se ser fundamental formar profissionais da educação que construam avanços em suas práticas pedagógicas para acolher essa demanda de alunos com necessidades educacionais

especiais, com o olhar de transformação social, voltada sempre para uma prática reflexiva, buscando inovação e cooperação entre todos que fazem parte do contexto escolar.

De acordo com GAIO; MENENGHETTI (2004, p.81) “a inclusão escolar envolve, basicamente, uma mudança de atitude face ao outro: que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos um certo tempo, maior ou menor, de nossas vidas”.

Esse indivíduo é um ser humano com quem convivemos, por isso precisamos respeitá-los. Cumprir o nosso papel possibilitará a eles o acesso ao saber, pequenos avanços para alguns, enormes avanços para outros.

Para GAIO; MENENGHETTI (2004, p.81) “o outro é alguém que é essencial para a nossa constituição como pessoa e dessa alteridade é que subsistimos, e é dela que emana a justiça, a garantia da vida compartilhada”.

O grande desafio para que ocorra a inclusão é oferecer oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

BAPTISTA (2006, p.99) é nessa perspectiva que pensamos a construção da formação dos profissionais da educação que sejam capazes de trabalhar as necessidades educativas especiais de seus alunos numa escola inclusiva; que sejam capazes de criar ambientes educativos em que diferentes alunos, com os mais diversificados percursos de escolarização, consigam participar; que contribuam com experiências de sucesso.

2.1 O tutor escolar

A inclusão com tutor escolar ocorreu em meados do ano 2000, porém sem registros.

O indivíduo com necessidades especiais teria um estímulo maior com um tutor, que supervisione de forma adequada o seu caso, já que a integração com a sociedade passa a ser mais fácil no ambiente escolar e com este benefício o aluno com necessidades educativas especiais teria um maior estímulo às atividades motoras e psíquicas.

Observa-se que os professores estão enfrentando dificuldades e preocupações por não terem formação adequada para receber esse tipo de clientela e em muitos casos não entendem nem a deficiência que o aluno possui, deparam com situações que exigem muitos esforços, e ainda, o ensino para esses indivíduos é complexo e difícil, sendo um desafio lidar com esta nova relação, além dos olhares que a comunidade escolar pode colocar nesses novos alunos inseridos na sala de aula.

Segundo MANTOAN (2006, p.57) a formação do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino, comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder as características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

Não existe uma receita única para trabalhar, cada caso é um caso, o que funciona para um, talvez para o outro não seja tão útil. Por isso faz-se tão necessário o tutor conhecer o aluno para que, embasado em suas experiências, possa discutir com a equipe pedagógica e com a equipe multidisciplinar, que fazem o acompanhamento do aluno, qual seria a melhor estratégia. Com a necessidade que esse apresente, o tutor mais professor da sala poderão aprimorar os objetivos pré-estabelecidos e assim desenvolver uma aprendizagem significativa para o aluno.

MANTOAN (2006) continua descrevendo que as competências previstas para os professores manejarem suas classes, é considerar as diferenças individuais dos alunos e suas implicações pedagógicas como condição indispensável para a elaboração do planejamento, e para a implantação de propostas de ensino e de avaliação de aprendizagem, condizentes e responsivas às suas características.

Os professores juntamente com o tutor acabam sendo o ponto de referência do aluno incluído, o objetivo principal do tutor é desenvolver a criança para a aprendizagem de forma significativa dentro de suas possibilidades, em parceria com professor, sem muitas intervenções, deixar com que os colegas também participem de forma natural, buscando sempre a autonomia do aluno incluído.

Cada inclusão necessita de condições especiais, cada jovem inserido é único, assim possuem necessidades únicas, o tutor, muitas vezes confundido como uma ‘babá’, deveria ser um correspondente de aprendizagem.

Nesta relação de parceria entre tutor, aluno e escola considera um fator importante que o tutor assuma o ano letivo do começo ao fim, para não causar danos para o aluno em desenvolvimento e não desorganizar o ambiente da sala de aula, já que toda a sala é submetida à adaptação do aluno incluído e do tutor. Esse compromisso tem que ser assumido desde a contratação, para que não comprometa o desenvolvimento de todos os envolvidos.

A tutoria ou mediação dentro do contexto escolar, embora muito confundida, na verdade deve ser entendida como “a atitude, o comportamento do professor que se coloca como um facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem” (MASETTO, 2000, p.144).

Observa-se que parece ser essencial que o tutor auxilie o aluno de inclusão para que seja capaz de ultrapassar suas dificuldades, construir os conhecimentos, trabalhar informações, se organizar e participar da vida escolar. O avanço cognitivo em tempo escolar é valorizado e entendido como uma etapa da vida do aluno, nesse período acontece a formação para a subsistência mais independente.

Dessa forma, o tutor precisa estabelecer relações com a escola e com a família, porque acaba enfrentando dificuldades para exercer a sua função por falta de conhecimento, orientação e formação para determinada função, precisando ser amparado para buscar estratégias que auxilie a aprendizagem dos alunos.

2.2 Entendendo a evolução e o conceito de tutor

Para entender o significado do ‘tutor’, usaremos a interpretação da literatura americana e europeia que designa tutor como o professor que se preocupa em ensinar o aluno à “aprender a aprender”, principalmente na Aprendizagem Baseada em Problemas(ABP).Assim, o tutor é considerado um guia, um facilitador que auxilia no processo de aprendizagem centrada no aluno(BOTTI;REGO, 2008).

O termo tutor vem do latim oris, um termo do direito romano, atribuído aquele que se encarregava de cuidar de um incapaz. Em português, a palavra já era usada no século XIII e tinha o significado de guarda, protetor, defensor, curador; significa também aquele que mantém outras pessoas sob sua vista, que olha, encara, examina, observa e considera é o que tem a função de amparar, proteger e defender, sendo o guardião, aquele que dirige e governa (BOTTI;REGO,2008).

BOTTI; REGO (2008) ainda lembram que para os ingleses, o termo pode significar um professor para pequenos grupos, que presta atenção especial nesses alunos; significando, ainda, um professor para adultos ou com papel especial na escola.

Podemos perceber, então, a importância e o papel do tutor, figura comum nas universidades do Reino Unido, no sistema inglês, o tutor era responsável por ensinar e orientar, tendo como objetivo zelar pelo cumprimento do programa do curso, além de buscar as metas pessoais do aluno (BOTTI; REGO, 2008).

Segundo BOTTI; REGO (2008) o tutor orienta, ensina, ajuda na busca de conhecimento e tem papel importante também como avaliador, podendo trabalhar com um aluno individualmente ou com um grupo pequeno de alunos. Em 1960, ainda no Reino Unido, com o estabelecimento de centros de pós-graduação médica, aparece o conceito de tutor clínico, sendo que o título é conferido ao profissional que tem a função de coordenar e desenvolver o programa educacional, identificando as necessidades de treinamento dos alunos e assegurando uma boa aprendizagem.

O tutor ajuda a buscar os direitos e aprimorar a formação dos alunos, no final dos anos 1990, o tutor clínico assume a função de representação dos professores de pós-graduação junto a órgãos centrais do governo e se afasta da luta pela causa dos médicos em treinamento (BOTTI; REGO, 2008).

É importante a reflexão sobre o papel do tutor na inclusão de alunos com deficiência, reconhecendo-o como apoio aos alunos com necessidades específicas ocasionadas pela presença da deficiência.

2.3 Relato de uma experiência bem sucedida de inclusão com apoio da tutoria

Sempre que se discute a inclusão surge a questão: ela é possível? Aqui falamos especificamente da inclusão de uma criança especial num ambiente escolar regular.

Beatriz tinha 3 anos quando começou a frequentar uma escolinha de educação infantil. Neste primeiro momento o objetivo era que ela pudesse conviver com outras crianças e pudesse desenvolver suas potencialidades, tanto no campo social como no cognitivo.

Beatriz apesar de não ter um diagnóstico formal e definitivo apresentava um quadro acentuado de limitações: motor (não andava) e cognitivo (falava poucas palavras) e tinha um repertório limitado de brincadeiras.

Diante deste quadro a presença de um acompanhante durante todo o tempo de permanência dela na escola sempre se fez necessário, desde o primeiro momento esse acompanhante foi escolhido e apresentado pela própria escola. Faz-se pertinente este comentário, uma vez tratar-se de uma escola particular onde custos e avaliações acabam sendo mais presentes e frequentes nas discussões do processo de inclusão.

Ao longo de todo processo na educação infantil, Beatriz foi aceita e mostrava-se muito feliz de estar na escola, assim como a escola de recebê-la.

Mas à medida que os anos passam e se encaminha para ‘tempo da escola formal’ vão surgindo questionamentos de ambos os lados (família e escola); será que Beatriz está se beneficiando ao frequentar uma sala de aula formal? Que tipo de formação o seu acompanhante deve ter? Deve ser uma pessoa especializada? Deve a criança frequentar a sala de aula durante todo o tempo? Ou apenas parte dele?

Assim, escola e responsáveis sempre travam um discurso onde as respostas não existem, nem prontas, nem de antemão e nem totalmente “certas ou erradas”.

É um fio tênue entre emoção e razão, entre o desejo e o possível. Não há dúvidas que o convívio entre as crianças traz benefícios incontáveis a todas... Mas à medida que o tempo passa, o ambiente e as demandas vão ficando mais complexos, vão exigindo mais compreensão e preparo por parte da escola e especificamente do acompanhante da criança especial.

As demandas podem mudar muito rápida e complexamente. Compreensão de cada situação: quando a presença é possível dentro da rotina habitual de uma sala de aula à medida que os conteúdos vão se tornando mais complexos? Quando e o que a criança especial deve receber de conteúdo?

Quais são as expectativas dos responsáveis: a educação formal, a sociabilização? Qual a compreensão e aceitação dos limites desta criança especial? Isto é possível de se avaliar em todos os casos?

Especificamente no caso de Beatriz, não havia expectativas por parte dos pais a respeito de sua alfabetização. O objetivo era claramente proporcionar a ela um ambiente social diferente junto às crianças, onde ela pudesse ficar bem e ser feliz fora do círculo restrito da família. Mas evidentemente a reflexão se fazia constante, assim como os desafios sobre qual o melhor caminho a ser seguido.

A formação da equipe que trabalha em um ambiente de inclusão deve ser multidisciplinar. Deve abranger diferentes formações de profissionais que possam abarcar todos os questionamentos que se fazem e que constantemente se impõem, sejam pedagógicos, psicológicos ou sociais.

Quanto mais áreas diferentes se envolverem nesta discussão, mais chances de um processo mais tranquilo e mais acertado a cada caso.

De toda nossa experiência: o que trazemos é que neste assunto não há questões fechadas. Cada caso precisa ser avaliado e reavaliado constantemente.

E se houver uma equipe multidisciplinar atenta e aberta, não só a mudar condutas, mas a rever conceitos e direções, as chances deste “encontro” (escola e inclusão) dar certo podem aumentar. Na verdade, a direção da escola, a equipe multidisciplinar e a família devem formar uma grande parceria na condução deste processo, que é a inclusão.

Um universo complexo por si mesmo e também muito ávido por discussões. Discussão que se impõe cada vez mais em um mundo cada vez mais complexo de relações e que se propõe igualitário para todos.

3 CONCLUSÃO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar o papel do tutor no contexto da educação inclusiva, dando ênfase a sua formação e às dificuldades do seu trabalho.

A educação inclusiva constitui quebra de paradigma, portanto, são necessárias adaptações nos espaços e nos recursos e principalmente uma mudança de atitude, não só na estrutura física das escolas, como também no desenvolvimento das práticas de ensino e aprendizagem e nas relações humanas.

Na transformação da escola faz-se necessário mobilizar e apresentar a relação com o tutor e professor facilitando o apoio, a colaboração e investimento na sua formação, para que esses alunos, assim como quaisquer outros estudantes, tenham capacidade e possibilidades de aprender.

É necessário que equipes interdisciplinares analisem e discutam o caso com o qual eles irão atuar, indicando o profissional adequado para cada situação. De maneira alguma, nenhum profissional deve ser excluído, é de extrema importância o envolvimento de todo corpo escolar, todos possuem seu papel na inclusão.

A inclusão fará abrir portas para aqueles que não possuem o contato com indivíduos especiais, desta forma abrirá um leque de informações, nas quais, com absorção do conhecimento, aumentarão o respeito das novas gerações e o incentivo na formação de profissionais para esta área.

O trabalho foi apresentado com a relação entre escola, tutoria, professor e contou com apoio de outros (sala de recursos). Com esse apoio o aluno de inclusão terá oportunidade, respeitando suas deficiências, para ultrapassar suas dificuldades, construir seus conhecimentos, trabalhar informações, organizar-se e participar da vida escolar.

Assim, mostra-se o objetivo da importância em proporcionar uma reflexão sobre o papel do tutor diante dos alunos com necessidades educacionais especiais para elucidar quais são suas responsabilidades em sala de aula.

A problemática também foi respondida, a formação dos profissionais da educação é suficiente para se trabalhar com alunos em uma escola inclusiva, o tutor é imprescindível onde houver alunos de inclusão dentro da sala de aula, pois a atenção do professor não pode ser dividida entre o aluno portador de necessidades especiais e o restante dos alunos da sala de aula.

A escola deve garantir e manter a aprendizagem significativa para todos, conscientizando, preparando os professores que resistem à presença dos alunos especiais em suas salas de aula, alterando o método de ensino e inserindo o apoio dos profissionais especializados em educação especial.

Entende-se que é necessário aprofundar ainda mais aos estudos. Para futuros trabalhos, propõe-se esclarecer as diferenças entre os profissionais da equipe pedagógica que trabalham na escola para a solução de inclusão.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, C. R. **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. 1ª edição. Porto Alegre, RS: Mediação, 2006.

BOTTI, S. H. de O.; REGO, S. Preceptor, Supervisor, Tutor e Mentor: Quais são Seus Papéis? Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Educação Médica**, v.3, p. 363-373, 2008.

BRASIL. **Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. (Acesso em: 05/dez/2015).

_____. Ministério da Educação (MEC). **Legislação Específica** / Documentos Internacionais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159/legislacao>>. (Acesso em: out./2016).

DIAS, Maria Teresa Volpato. A inclusão do deficiente no ensino fundamental em Limeira: a síndrome de Down. 2007. **Universidade São Marcos** (Dissertação Mestrado). Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/DOC00471.pdf>>. (Acesso em out./2016).

FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA de E. G.; SOUZA V. C. (org.) **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. K. **Caminhos pedagógicos da educação especial**. 3ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

HEYMEYER, U.; GANEM, L. **Observação e desempenho**. Tradução: Heloisa Monteiro. São Paulo: Editora Memno, 2004.

MACEDO, L. de. **Ensaio pedagógico**: como construir uma escola para todos? Porto Alegre: Artmed, 2007.

MASETTO, M. T. Mediação Pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

MAZZOTTA, M. J. da S. Inclusão, integração ou chaves da vida humana. In: **III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial**. Diversidade na educação: desafio para o novo Milênio. Foz do Iguaçu, 1998. Anais do congresso. Brasília: SEESP/MEC, 1998.

SANTOS, M. P. **A inclusão da criança com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: Instituto Phillippe Pinel/PUC/UFRJ, 2002.

SASSAKI, R. K. **Inclusão constituindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.